

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Atualização Monetária, Competência e Prudência

Responder Falso (F), ou Verdadeiro (V)

F	1	Uma dívida com fornecedor, decorrente de compra a prazo de bem do ativo imobilizado, representa um item não monetário, para fins do Princípio de Atualização Monetária.
V	2	O ativo diferido, por se tratar de um grupo de contas não monetário, é atualizado monetariamente para fins do Princípio de Atualização Monetária.
V	3	Uma companhia com ativos não monetários superiores aos passivos não monetários, adicionados do patrimônio líquido, gerará resultado credor de atualização monetária, conforme Princípio de Atualização Monetária.
V	4	Uma Sociedade com passivos não monetários e patrimônio Líquido superior aos ativos não monetários ocasionará resultado de despesa de atualização monetária, consoante o Princípio de Atualização Monetária.
F	5	O resultado da atualização monetária de ativos não monetários, de passivos não monetários e patrimônio líquido é computado em uma conta específica diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia, líquido dos efeitos tributários correspondentes, que no caso são o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro.
F	6	Os gastos com alguns serviços prestados por terceiros, como por exemplo serviços com terceirização de trabalhos de auditoria interna, segundo o regime de competência somente deveriam ser computados como despesa no resultado do exercício quando efetivamente pagos, já que, em certas circunstâncias, o valor dos serviços poderá ser alterado posteriormente, em função de negociação entre o cliente e o fornecedor.
V	7	As receitas são reconhecidas no resultado, no caso de uma firma prestadora de serviços, quando os serviços forem efetivamente prestados, mesmo que, a fatura e o recebimento sejam realizados posteriormente. Essa regra está prevista no Princípio de Competência.
F	8	A anistia parcial, neste ano, de uma dívida de impostos com o governo, cujo passivo foi constituído em anos anteriores, não representa uma receita ou ganho, segundo o Princípio da Competência. A redução do passivo (débito) deve ser creditada diretamente em lucros acumulados, tendo em vista que significa uma transação que foi computada como despesa em exercícios sociais anteriores.
V	9	Uma transação é considerada como qualitativa quando não alterar o patrimônio líquido, como é o caso da aquisição a prazo de mercadorias, que envolve contas do ativo circulante e do passivo circulante.
F	10	Uma operação é rotulada de permutativa na hipótese de alterar o patrimônio líquido, como por exemplo a venda a prazo de produtos para terceiros.
V	11	Uma operação é nomeada de quantitativa quando altera o patrimônio líquido. Citamos, por exemplo, a situação em que a companhia reconhece os encargos sobre financiamentos, creditando o passivo e debitando a conta de Despesas Financeiras.
F	12	Uma operação é chamada de modificativa quando altera as contas do balanço patrimonial, exceto as contas do patrimônio líquido. Um exemplo é a compra a vista de bens do ativo imobilizado.
F	13	O Princípio da Competência requer que as despesas seja computadas no resultado quando incorridas e que as receitas sejam reconhecidas conservadoramente, ou seja, quando efetivamente recebidas.
V	14	Segundo o princípio de competência, o seguro pago antecipadamente, que cobre o risco de um período futuro, pode ser exemplo de uma despesa computada no resultado do ano e paga em exercício social anterior.
V	15	De acordo com o regime de competência, a Companhia pode incorrer em uma despesa em função de ter que efetuar uma provisão para produto que está com o valor de custo superior ao valor de mercado.
F	16	As garantias com produtos vendidos a terceiros, como no caso de eletrodomésticos, somente devem ser registradas quando os serviços forem efetivamente prestados. A essência do princípio da competência determina que não devem ser feitas provisões ou constituídos passivos para garantias, já que a companhia não pode determinar com certeza a quem os serviços serão prestados e quais os valores que efetivamente serão realizados.
F	17	A extinção de uma dívida, segundo o regime de competência, representa uma forma de reconhecimento de despesa.
F	18	A extinção de um passivo pelo desaparecimento do credor, consoante o regime de competência, representa um ganho que deve ser computado diretamente em lucros acumulados, como ajuste de exercício anterior.
V	19	No setor pecuário, o nascimento de um bezerro representa um exemplo de reconhecimento de receita, conforme o princípio de competência, pelo fato de que o valor atribuído ao novo bezerro, é debitado no estoque (ativo) em contrapartida com receita no resultado do exercício.
V	20	As doações recebidas, segundo o regime de competência, representam exemplo de reconhecimento de receita. No entanto, as normas da lei das sociedades por ações exigem que as doações recebidas sejam creditadas em reserva específica de capital no patrimônio líquido das companhias.
F	21	A valorização de um ativo, como no caso de rendimento sobre empréstimo concedido a sociedade controlada, de acordo com o princípio da competência, significa um exemplo de reconhecimento de despesa na demonstração do resultado do exercício
V	22	Segundo o Princípio de Competência, é aceitável, do ponto de vista de reconhecimento da receita, o registro do ganho decorrente do ajuste do estoque a seu valor de mercado.
F	23	No caso de a Companhia assinar contrato com um cliente para prestação de serviços de limpeza por três anos, conforme o Princípio da Competência, e considerando que existe documento formalizando acordo entre as partes, o montante total do contrato deve ser contabilizado de imediato como direito no ativo em contrapartida com receita na demonstração do resultado do exercício.
V	24	Nos contratos de empreitada a longo prazo, como no caso de construção de pontes, viadutos, navios etc., o lucro deve ser reconhecido proporcionalmente ao andamento da obra.
F	25	De acordo com o Princípio da Prudência, sempre deve ser reconhecido o maior valor para os itens do passivo e da despesa, como no caso de uma contingência passiva (terceiros estão movendo processo contra a Companhia), resultando usualmente na apresentação de um patrimônio líquido maior.
V	26	Segundo o Princípio da Prudência, deve ser contabilizado o menor valor para os itens do ativo e da receita, como no caso da constituição de provisão para devedores duvidosos, ocasionando sempre divulgação de um patrimônio líquido menor.